

# Pisos de proteção social

de forma simples



## O que é proteção social?

Hoje, muitas pessoas passam à pobreza, tão logo sua situação de emprego, sua saúde ou sua família se deterioram. 1,4 bilhão de pessoas vivem atualmente em extrema pobreza, lutando para sobreviver com menos de US\$ 1,25 por dia, aproximadamente 84 milhões a mais do que antes da crise financeira global. 75% das pessoas do mundo têm acesso insuficiente ou inexistente à proteção social. Muitos mais estão em risco de passar à pobreza como resultado de salários insuficientes, desemprego, doença, velhice e outras condições que possam ameaçar seus meios de subsistência e de dignidade, como as alterações climáticas ou a insegurança alimentar. Para enfrentar esta crise humanitária e de desigualdade extrema global, precisamos ampliar as garantias básicas de proteção social a mais pessoas e melhorar os atuais sistemas de proteção social.

A proteção social tem como objetivo oferecer a homens e mulheres uma garantia de renda básica e acesso a serviços essenciais durante diversas fases de suas vidas. A proteção social é um mecanismo essencial para combater as desigualdades, em especial as de gênero e de renda.

A proteção social inclui garantias de:

▶ Renda mínima, na forma de várias transferências sociais (em dinheiro, ou em bens), como as pensões para os idosos e pessoas com deficiências, salário-família, direitos de maternidade, os benefícios de apoio ao rendimento e/ou garantias de emprego e serviços para os desempregados e trabalhadores pobres;

▶ Acesso universal a serviços essenciais sociais a preços acessíveis nas áreas de saúde, água e saneamento, educação, segurança alimentar, habitação, bem como quaisquer outros serviços definidos de acordo com as prioridades nacionais.

## Como é que a proteção social se relaciona com as metas da Rio+20?

A Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, de 20 a 22 de junho de 2012 destinou-se a reavivar compromissos globais para a sustentabilidade com um novo conjunto de decisões e ações. A fim de contribuir para resiliência dos cidadãos no longo prazo para as crises múltiplas que nosso mundo está enfrentando, a Rio+20 deve ser o momento em que a cobertura e os serviços de proteção social em todo o mundo aumentam exponencialmente.

*É por isso que os sindicatos exigem o reconhecimento na Rio+20 de sistemas de proteção social como instrumentos fundamentais para desenvolver a resiliência, e demandam a manutenção e o fortalecimento dos atuais sistemas de proteção social. Neste contexto, é muito importante distinguir uma abordagem de proteção social (baseada em direitos) de uma abordagem de rede de segurança (com base em programas de alívio temporário) e que a proteção social seja integrada na estratégia de longo prazo de desenvolvimento de cada país.*

## O que é o Piso de Proteção Social?

O Piso de Proteção Social é um conjunto de direitos básicos de segurança social e transferências, para ajudar a promover os direitos humanos e apoiar padrões de vida decentes em todo o mundo. O objetivo dos Pisos de Proteção Social é estender o apoio e proteção básicos para todos os necessitados.

O Piso de Proteção Social deve ser estabelecido de acordo com as prioridades de cada país individual e seus recursos, concebido e implementado com a participação de todos os parceiros sociais relevantes. Deveria ser implementado através de legislação nacional e a seguir ser progressivamente aumentado de acordo com o desenvolvimento econômico de cada país. O Piso de Proteção Social deve ser um aspecto chave dos planos de cada país, enquanto suas estratégias de desenvolvimento devem estar intimamente ligadas a políticas que promovam o emprego e condições dignas de trabalho. Dentro deste quadro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) promove quatro garantias essenciais: acesso à saúde, benefícios a crianças, pensões básicas de aposentadoria; e suporte de renda para os trabalhadores pobres, desempregados e mulheres grávidas. Em 2012, a OIT irá trabalhar no sentido de desenvolver um novo padrão internacional para o Piso de Proteção Social. É importante reconhecer que a OIT tem desenvolvido vários padrões internacionais na área da segurança social. A Convenção da OIT n.º 102 é a Convenção-chave nesta área, e deveria ser ratificada e aplicada por todos os países em paralelo com os esforços para garantir um Piso de Proteção Social.



*No contexto da Rio+20, os sindicatos exigem que os chefes de Estado implementem a iniciativa do Piso de Proteção Social Universal até 2020 e garantam que, no contexto das discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, haja um compromisso para assegurar que os esforços no âmbito de cada “objetivo” contribuam para a construção de sistemas de proteção social fortes.*

## Bons Exemplos

Alemanha, Dinamarca e Suécia são frequentemente citados como exemplos saudáveis de Estados de Bem-estar europeus elogiados por sua capacidade de enfrentar crises econômicas. Existem também alguns exemplos recentes de países em desenvolvimento que introduziram um Piso de Proteção Social ou alguns de seus elementos, principalmente na forma de esquemas de transferências sociais e medidas para apoiar o acesso universal aos cuidados de saúde. Estudos sobre o impacto das transferências sociais básicas em 30 países em desenvolvimento têm mostrado que estes tipos de medidas têm tido um efeito significativo na redução dos níveis de pobreza e de desigualdade. Os estudos também indicam que as medidas de Piso de Proteção Social tiveram um efeito visivelmente positivo em vários indicadores de desenvolvimento social, tais como matrícula escolar e no estado de saúde e nutricional das pessoas. Esses estudos também mostram que estas medidas tiveram um impacto positivo significativo na melhoria do comportamento empreendedor em famílias beneficiárias, ajudando-os a superar as barreiras para entrar no mercado e ter acesso a crédito. Em alguns países, as transferências de renda também têm ajudado a promover a igualdade de gênero através do reforço do status social das mulheres nas famílias e comunidades.

Progresso está sendo feito em nível nacional em muitos países, especialmente na América Latina. Por exemplo, as transferências do “Progres/Oportunidades” do México reduziram o fosso da pobreza em 30%, as transferências do “Bolsa Família” do Brasil reduziram a pobreza extrema em 16%, e a pensão social do Chile reduziu o número de famílias indigentes em 11%. O Esquema Nacional de Garantia de Emprego Rural da Índia oferece agora a mais de 40 milhões de famílias pobres uma renda garantida por 100 dias por ano.

## Proteção Social & Inclusão

Há fortes evidências de que os sistemas nacionais de proteção social efetivamente reduzem a pobreza e a desigualdade. A Organização das Nações Unidas descreve a proteção social como “a peça que faltava em uma globalização justa e inclusiva”. Pisos de Proteção Social contribuem para a redistribuição da riqueza, para o desenvolvimento econômico e social sustentável, para a igualdade de gênero e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Pisos de Proteção Social podem ajudar a construir a demanda econômica doméstica e, portanto, são um forte instrumento político para o desenvolvimento social e econômico e para a superação de futuras crises econômicas e choques.

## Quanto custam as Proteções Sociais?

Várias agências das Nações Unidas calcularam que um piso que garanta transferências sociais básicas é globalmente acessível em praticamente qualquer estágio de desenvolvimento econômico de uma nação, mesmo que o financiamento ainda não esteja disponível em todos os lugares.

**Acessível:** Alguns países, como El Salvador, Benin, Moçambique e Vietnã poderiam proporcionar um piso de proteção social importante por tão pouco como 1% a 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Países de baixa renda na África e na Ásia poderiam fornecer os componentes de transferência a um custo de entre 2% a 6% do PIB. Algumas transferências custariam muito menos. Por exemplo, Burkina Faso, Etiópia, Quênia, Nepal, Senegal e Tanzânia poderiam conceder uma pensão básica universal por pouco mais de 1% do PIB. No Brasil,

a transferência de dinheiro condicional “Bolsa Família” já cobre 46 milhões de pessoas a um custo de 0,4% do PIB.

## Financiado com recursos internos:

Financiar um Piso de Proteção Social universal terá de recorrer a orçamentos governamentais existentes e novos mecanismos de financiamento, incluindo as receitas fiscais e contribuições suplementares de seguro. Atividades econômicas informais e não regulamentadas continuam a minar a receita pública e a proteção social em muitos países. Empresas e trabalhadores envolvidos na economia informal geralmente não pagam impostos ou contribuem para programas de seguro social de segurança. Eles geralmente não são protegidos por regulamentações governamentais, leis trabalhistas ou benefícios de segurança social. A situação de trabalhadores sem registro deve ser regularizada para garantir o seu acesso aos regimes de segurança social e outros benefícios sociais. Proporcionar a mais trabalhadores o acesso à proteção social e gerar receitas para financiar estas medidas é uma estratégia para a formalização da economia informal. Embora este processo possa levar algum tempo, há também uma necessidade urgente de ampliar a proteção social àqueles atualmente envolvidos no mercado de trabalho informal. Os governos nacionais deveriam priorizar a aplicação de Pisos de Proteção Social agora!

A reforma tributária, incluindo o cumprimento das regulamentações contra a evasão fiscal corporativa, bem como a implementação de um sistema fiscal progressivo pode aumentar consideravelmente as receitas do governo. Muitos países em desenvolvimento com importantes recursos naturais também poderiam implementar leis fiscais para aumentar as receitas de royalties, que poderiam ser utilizados para financiar programas de proteção social.

## Financiamento internacional para Pisos de Proteção Social

Alguns países podem exigir inicialmente financiamento externo para ajudar a estabelecer os seus Pisos de Proteção Social. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento devem priorizar empréstimos e doações para esta finalidade. O Fundo Monetário Internacional (FMI) deve trabalhar com a OIT para ajudar a definir políticas fiscais para financiar Pisos de Proteção Social em todas as nações, incluindo as menos desenvolvidas. Além disso, se todos os países desenvolvidos cumprissem o seu compromisso de longa data de dedicar 0,7% do PIB para ajuda ao desenvolvimento, não haveria falta de fundos para a proteção social. Novas fontes de receitas internacionais, como uma taxa sobre transações financeiras globais (TTF) também poderiam ajudar a pagar a proteção social nas nações mais pobres do mundo.

## Mais informações sobre o piso de Proteção Social

Relatório da ONU de 2011: Piso de Proteção Social para uma globalização justa e inclusiva.

[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_165750.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_165750.pdf).

O Piso de Proteção Social. <http://www.ilo.org/public/english/protection/spfag/index.htm>.

A Iniciativa da ONU do Piso de Proteção Social. <http://library.fes.de/pdf-files/iez/07814.pdf>.

O website do Piso de Proteção Social do Grupo Consultivo de 2011. <http://www.ilo.org/public/english/protection/spfag/index.htm>.

Piso de Proteção Social: A chave para tratar de crises e instabilidade social.

[http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/press-and-media-centre/news/WCMS\\_166298/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/press-and-media-centre/news/WCMS_166298/lang--es/index.htm)

Estendendo a Segurança Social para Todos, 2010.

<http://www.socialsecurityextension.org/gimi/gess/RessFileDownload.do?ressourceld=16152>.

## Mais informações sobre Proteção Social e desenvolvimento sustentável

Documento de referência para o Diálogo de Madri - Um novo paradigma para o emprego, inclusão social e erradicação da pobreza em um planeta sustentável, 2011. [http://www.sustainlabour.org/documentos/madriddialogue\\_discussiondocument\\_final-2.pdf](http://www.sustainlabour.org/documentos/madriddialogue_discussiondocument_final-2.pdf)

1. Michael Cichon, Christina Behrendt e Veronika Wodsak, A Iniciativa do Piso de Proteção Social da ONU, Friedrich Ebert Stiftung, Janeiro 2011, p. 7 (quadro 1).

2. Kevin Cassidy, “Piso de Proteção para uma Globalização Justa e Inclusiva”, International Labour Office, 2011: [http://www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS\\_165750/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_165750/lang--en/index.htm).

3. Michael Cichon, Christina Behrendt e Veronika Wodsak, A Iniciativa do Piso de Proteção Social da ONU, Friedrich Ebert Stiftung, 2011, p. 6.

4. Michael Cichon, Christina Behrendt e Veronika Wodsak, A Iniciativa do Piso de Proteção Social da ONU, p. 9.

5. <http://www.ilo.org/gimi/gess/ShowTheme.do?tid=1321>.

6. Atualmente, apenas alguns poucos países cumprem os seus compromissos.